

Estamos lidando com banqueiros estrangeiros, os quais não jogam para perder: basta ver que cobrando do Brasil, durante anos, a mais alta taxa de risco do mercado internacional, o risco aconteceu e hoje não admitem negociar a inadimplência.

Antigamente os emprestadores davam dinheiro a juros e torciam para o devedor não pagar, de modo a tirar dele sua casa e seus bens, sempre a valores aviltados, bem baratinhos...

Agora deve ser isso que eles imaginam quando querem ter acesso aos nossos bens por preços aviltados. Mas será que nós mesmos vamos oferecer esses bens a preços de banana, como se ainda fôssemos uma república de bananas?

A discussão em torno da conversão dos empréstimos em capital de risco merece considerações mais profundas, face ao grande risco de desnacionalização nos nossos parques empresariais.

Na medida em que os preços das ações estão subavaliados, muito abaixo dos respectivos valores patrimoniais, deverá ser terminantemente vedado o acesso desses capitais estrangeiros à aquisição de ações no mercado livre. Os preços das ações em Bolsa estão muito baratos face às condições específicas do nosso ingênuo mercado paternalista que vive à sombra do intervencionismo do Go-

verno que compactua com essa situação.

As ações caem de preço justamente por terem liquidez, e como estão em queda, nossos leigos investidores, principalmente institucionais, com honrosas exceções, não compram, achando que poderão comprar depois mais barato, fato que não acontece nunca, pois, quando se dispõem a comprar porque estaria subindo, o mercado já subiu: compram na alta e vendem na baixa, círculo vicioso de incompetência operacional na administração de carteiras.

Face a essa inconsistência mercadológica os preços das ações no Brasil são inacreditáveis. E os bancos estrangeiros naturalmente sabem disso.

Só deverá ser permitida a participação acionária desses créditos, agora oficialmente declarados no exterior como impagáveis, para novos aumentos de capital de empresas, a valor patrimonial e com prazo de negociação das ações vinculados aos prazos da dívida original.

Citar exemplos como a Turquia (ora essa...) ou Chile (que democracia e que parque industrial...) e México (pergunte-se a quem já negociou com seus prepostos)... — é simplesmente ridículo.

Nós, com ufanía, acreditamos que as ações de empresas de capital aberto negociadas nas Bolsas de Valores têm projetos com adequada viabilidade econômica, isto é, taxas de retorno de acordo com os respectivos projetos, o que significa que de-

finido o valor do investimento o retorno é compatível a médio prazo, donde os valores patrimoniais serão adequados a essa realidade, razão pela qual não há por que entregar meu automóvel de CZ\$ 200 mil por CZ\$ 40 mil ao meu credor. Se ele preferir andar motorizado a ficar a pé esperando seu crédito, tudo bem, que aceite levar meu carro por quanto ele vale.

De mais a mais, por que os bancos estrangeiros, que depreciativamente já nos classificaram nos créditos impagáveis, quereriam aceitar essa conversão, senão para tentar arrematar num grande lance um grande parque industrial ainda nosso?

Se os créditos são impagáveis, que sejam então devidamente trocados por aumentos de capitais em empresas em que possam representar algum alento e, daí, alguma chance de recuperação do crédito, chance essa criada pela entrada de dinheiro novo sem custo e a valor justo de participação.

Se os chamados índices preço/lucro (P/Ls) no Japão andam em torno de 70 é porque os japoneses acreditam no Japão; se os P/Ls americanos rondam os 30 é porque lá ainda se acredita; e o que dizer dos nossos P/Ls de 1 a 5 ofertados aos descrentes brasileiros, na iminência de oferecê-los aos estrangeiros?